peço a v. ex.^a que consulte a camara sobre se dispensa a impressão do parecer sobre o projecto do codigo civil, a fim de entrar em discussão logo depois de ser discutido o parecer que o sr. ministro da justiça acaba de mencionar.

O sr. *Marquez de Vallada*:—Sr. presidente, estamos aqui sempre vendo apresentar requerimentos identicos ao que acaba de fazer o digno par, o sr. Rebello da Silva, para que não seja impresso o parecer sobre o codigo civil. Parece impossivel que se façam d'estes pedidos sobre objectos de tanta importancia, como é o de que se trata. Por mais que investigue, não vejo razão alguma que possa justificar um tal pedido, pois que desde este momento até á noite, em que terá de verificar se a outra sessão, ha tempo sufficiente para se imprimir o parecer que, como se sabe, versa sobre objecto importantissimo; portanto...

O sr. *Vaz Preto*:—Sr. presidente, os requerimentos não se podem discutir. Peço pois a v. ex.^a que ponha á votação o requerimento do digno par, o sr. Rebello da Silva (*apoiados*).

O sr. *Rebello da Silva*:—Peço a v. ex.^a que consulte a camara sobre o meu requerimento (*apoiados*).

O sr. *Presidente*:—Os dignos pares que approvam o requerimento do sr. Rebello da Silva, para que o parecer sobre o codigo civil não seja impresso, e entre em discussão logo depois do parecer n.º 212 sobre o projecto n.º 194, tenham a bondade de o manifestar.

Foi approvedo.

O sr. *D. Antonio José de Mello*:—Sr. presidente, peço a v. ex.^a que consulte a camara sobre se dispensa o regimento a fim de que, attenta a estreiteza do tempo que nos resta, se não imprimam os pareceres que têm sido hoje apresentados, assim como aquelles que ainda se apresentarem, seja qual for a sua importancia.

Posto á votação, foi approvedo.

O sr. *Costa Lobo*:—Pedi a palavra simplesmente para rogar a v. ex.^a que mandasse lançar na acta que eu votei contra todas estas dispensas do regimento.

O sr. *Visconde de Soares Franco*:—Sr. presidente, mando para a mesa o parecer da commissão de marinha e ultramar sobre o projecto de orçamento das provincias ultramarinas, e peço a v. ex.^a que, visto a simplicidade e urgencia d'este projecto, o ponha á discussão em seguida ao codigo civil.

Assim se resolveu.

Attendendo que a publicação de um codigo civil como lei do estado é o maior serviço, o maior beneficio que o parlamento póde outorgar á nação portugueza;

Attendendo que o volver de mais de dois seculos, sem codificação das leis civis, tem não só tornado muitas d'essas leis obsuletas e repugnantes aos principios da civilização, adoptados em direito civil pelas nações mais cultas, mas quasi impossivel, por sua complicação, o estudo e applicação das mesmas leis;

Attendendo que o novo codigo civil realiza uma das promessas feitas na carta constitucional da monarchia, pois que o mesmo codigo é fundado nas solidas bases da justiça e da equidade;

Attendendo que os defeitos que ainda possa ter o novo codigo civil serão corrigidos e emendados nos primeiros annos da sua execução por virtude da providencia consignada no artigo 7.º do mesmo projecto:

É de parecer que o referido projecto de lei n.º 204 é digno da approvação d'esta camara, a fim de que suba á sancção real.

Sala da commissão, em 25 de junho de 1867.—*José Bernardo da Silva Cabral*—*Conde de Fornos de Algodres*—*Diogo Antonio Correia de Sequeira Pinto*—*Felix Pereira de Magalhães*—*Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão*.

O sr. *Presidente*:—Está em discussão o parecer que acaba de ler-se.

O sr. *Marquez de Sá*:—Sr. presidente, este é um d'aquelles projectos que eu approvo com muita satisfação, pois que para mim tenho que é um trabalho que offerece todas as garantias, attenta a illustração do auctor do mesmo codigo, e a dos homens eminentes que compozeram a commissão revisora. É pois com muito gosto que approvo o projecto do codigo civil, embora encontre n'elle alguns artigos que desejaria tivessem outra redacção.

Agora aproveito a occasião para dizer que apesar das reflexões que fez o meu amigo e antigo collega o sr. Moraes Carvalho, eu persisto na idéa de que enquanto ao projecto que se acabou de votar, na parte que diz respeito á abolição de trabalhos publicos, é mais preferivel o mandar certos individuos cumprir sentença para as nossas colonias do que retê los nas prisões. Assim eu considero que tendo o estado de gastar mais de 1.000.000\$000 réis com as penitenciarias, tirar-se-ia mais proveito d'essa somma, applicando-a ao melhoramento das colonias.

Nos ultimos annos os francezes têm mandado os criminosos sentenciados a trabalhos nas prisões de Brest e de Toulon, para as colonias de Cayena, e da Nova Caledonia, onde tem estabelecimentos agricolas de correção.

É isto o que nos convem fazer, bastando melhorar para esse fim o systema que desde seculos temos seguido de mandar para as colonias os degradados, systema mais benéfico para a sociedade e para os mesmos degradados do que a sua retenção nas penitenciarias.

O sr. *Marquez de Vallada*:—Se as minhas palavras, sr. presidente, podessem levar a convicção aos espiritos dos que me ouvem; se ellas podessem ter força bastante para se oppor á conspiração contra a santidade do direito e dos principios, de tanta melhor vontade subiria eu a esta tribuna, e não pouparia esforços, animado pela esperanza de ser secundado por muitos dos representantes do paiz, direi melhor de uma nação que é ennobrecida pela lembrança das mais gloriosas tradições.

Sr. presidente, a grande importancia de um codigo civil é escusado demonstra-la, visto ser tal que, como muito bem se sabe, póde mudar completamente o modo de ser de uma sociedade, mas por isso mesmo não é cousa que se possa levar de salto, e como vejo que é assim que se quer fazer, tive de descer do meu logar na mesa para vir aqui exprimir o meu sentimento de que á ultima hora, já sem tempo algum, venha trazido a esta camara um negocio de tanta gravidade e ponderação, quer em si mesmo, quer principalmente nos seus effeitos sobre o paiz. Infelizmente muitas vezes tem já acontecido que nos fins das sessões é que se trazem a esta camara os objectos mais importantes, e são elles ordinariamente os que passam sem exame nem discussão; e é por se repetir agora este facto que me vejo na impossibilidade de discutir, como desejava, este projecto de lei, segundo já por mais de uma vez tenho dito, assim em particular aos meus amigos, como em publica assemblea. Mas será possivel faze-lo quando nem ha o tempo material para ler as emendas approvadas na camara dos senhores deputados?

Sr. presidente, parece que caminhámos para aquella disposição do celebre estatuto da rainha Anna de Inglaterra, quando queria castigar os catholicos da Irlanda, e promulgou a celebre lei chamada *Acto para prevenir os progressos do papismo*. V. ex.^a e a camara sabem o que aconteceu, e por isso me abstenho de entrar em pormenores bem conhecidos; limito-me a observar que houve apenas vinte familias que se prestaram a annuir a essa lei, todas as mais conspiraram contra as suas disposições, e essa conspiração ainda hoje vive n'aquelle paiz.

Sr. presidente, se eu quizesse discutir, não tinha tempo, como já disse, nem a camara quer tão pouco discutir; e uma voz só a clamar é *vox clamantis in deserto*. Repetirei aqui o que me disse um amigo, cuja falta n'esta camara todos nós sentimos, o sr. barão de Porto de Moz: quando todos disserem que não, escusado é de dizer que sim. Digo eu que não, só como protesto, mas sem a menor esperanza de fazer proselytos com a minha pratica; entretanto, desde já prophetiso (ainda que ninguem póde ser propheta na sua terra), que esta lei ha de levantar taes e tantas resistencias, que muitos dos que hoje querem approva-la sem alteração nem de uma virgula, hão de antes de muito tempo acompanhar-me na opposição que lhe faço. É a experiencia que

O sr. *Presidente*:—Vae ler-se o parecer sobre o projecto do codigo civil.

PARECER N.º 222

Foi presente á commissão de legislação o projecto de lei n.º 204, tendo por objecto approvar o novo codigo civil, elaborado pelo digno par o sr. visconde de Seabra, e seguido das profundas lucubrações de juriscultos eminentes, já em commissão especial, já de fóra d'ella, e ultimamente na camara dos senhores deputados.

A commissão de legislação, que tem desde a gloriosa iniciativa do mesmo digno par, auctor do projecto do codigo civil, examinado e estudado esta materia com o vivo interesse de que devem estar possuidos todos os homens que por sua profissão se dedicam ao estudo da jurisprudencia;

me auctorisa a fallar assim. Quando eu censurava as demais da imprensa e pedia remedio para ellas, era arguido por isso; porém esses mesmos que me arguiam vieram mais tarde acompanhar-me nos louvores que dei ao sr. ministro da justiça, pela acertada medida que apresentou para cohibir os excessos da liberdade de imprensa, acudindo a esses males de que eu me queixava; posso portanto propheticar, como disse, que quando se virem os transtornos da propriedade e da familia, que eu antevejo como effeito d'este código, esses que hoje se separam do meu voto, me hão de acompanhar na opposição que faço a este projecto.

Sr. presidente, tende-se hoje para a divisibilidade infinita da propriedade. Todos sabem que são duas questões inteiramente diversas: a pequena cultura e a pequena propriedade. Eu não seguirei a doutrina que em França expressou, me parece, o conde de Roulland, ministro dos negocios da fazenda, em favor do estabelecimento do direito dos progenitores, porque acho que muitos argumentos apresentados a seu favor não resistem á critica, á analyse e á logica; mas o que não posso é deixar de lembrar aos dois srs. ministros e aos dignos pares que se occupam d'esta questão, as palavras memoraveis, os tratados e considerações de homens eminentes que têm escripto sobre a grande e pequena cultura na Inglaterra e em França, e se compare a cultura de um e de outro paiz. E posto que a isto se responde: a França está prospera; está prospera, direi eu, mas artificialmente. A França sempre agitada com revoluções, achase hoje debaixo do jugo de uma espada que a mantém na ordem; mas quando essa espada desaparecer, ver-se ha o que vale a prosperidade da França e os resultados da divisibilidade infinita da propriedade. Como é possível sustentar, não direi só a cultura, que depende de grandes capitães, mas a constituição da familia com este aparelhamento da propriedade? E todavia parece ter sido á defeituosa legislação franceza que o projecto do código foi pedir as suas principais disposições para applica-las ao nosso paiz. Por que razão vemos nós hoje esta guerra declarada aos prazos em vida? Este desejo ardente de os destruir?

Sr. presidente, quando se tratou da extinção dos vinculos um digno par que não está hoje n'esta camara, me perguntou se eu annuia a uma proposta que elle queria fazer sobre a liberdade de testar. A pergunta foi feita, como vulgarmente se diz, á queima roupa, e eu que não gosto de tomar resoluções repentinas, disse-lhe que consideraria sobre o assumpto. N'essa occasião a minha opinião não estava formada a esse respeito. Hoje entendo que seria um grande melhoramento social e economico a liberdade de testar. (O sr. Vaz Preto: — Apoiado); hei de propo-lo, e posto que provavelmente ficarei vencido, como tenho ficado muitas vezes e hei de ficar ainda muitas mais, nem por isso hesito ante nenhuma prevenções, porque o meu unico desejo é ficar convencido de que pratiquei um acto em harmonia com os principios dictados pela minha consciencia. Ficar vencido é a sorte de uma parte da humanidade: uns ficam vencidos e outros vencedores. Mas diz-se: «Os chefes de familia podem abusar da liberdade de testar, desviando-se da verdadeira senda da liberdade e até da justiça para afastar da herança alguns membros da sua familia. É possível, mas os paes que fizerem isso são paes desnaturados; serão uma excepção, e não se legisla para as excepções, legisla-se com as regras geraes, e para a maior parte. Não podem prever-se todas as hypothèses. Olhem para esse paiz, que nos tem dado tantas lições de liberdade e de moralidade, olhem para a liberal Inglaterra, e ahí veremos sancionada nas suas leis, a par de tantas outras liberdades justas, a liberdade de testar.

Sr. presidente, o que naturalmente me responderá o sr. ministro dos negocios da justiça, com quem gosto muito de discutir, porque estuda as materias como quem deseja sempre acertar, é que uma tal disposição não pôde passar. Parece-me porém que se nós não queremos admittir desde já esta medida, porque iria contrariar os usos do povo portuguez, também não deveriam destruir-se os prazos em vidas, porque a sua destruição contraria os nossos usos. Não entro agora no desenvolvimento d'esta idéa, porque não é possível, mas tendo estudado a questão, creio que se pôde adoptar, pelo menos, a liberdade de testar dentro da familia, sem nenhum inconveniente.

Eu tencionava propor o adiamento d'este projecto por não ser possível discuti-lo, mas como os adiamentos já não estão em moda, abster-me-hei de o fazer. Comtudo como parece que ha idéa de nomear uma commissão externa para ouvir as reclamações e queixas, espero que alguma cousa se derer fazer em occasião opportuna, porque, se a commissão não tiver poder para fazer as propostas necessarias, e o sr. ministro não tiver a facultade de as resolver, será uma cousa inutil (*interrupção que não se ouviu*). Sim, para as apresentar em forma de consulta, para aconselhar o governo. Eu não peço por ora outra cousa.

O sr. ministro da justiça fez muito bem em apresentar o código civil ao supremo tribunal de justiça, ao tribunal da relação e á academia real das sciencias, mas como não sei se estas estações lhe responderam, preciso que s. ex.^a me dê algumas explicações a este respeito.

Sr. presidente, não é possível examinar aqui, mesmo rapidamente, dois mil quinhentos e tantos artigos, porque não ha forças humanas, nem tempo para isso; as forças physicas e as moraes têm muitos pontos de contacto, e é preciso saber como jogam os diferentes órgãos.

Eu vi sobre a mesa um projecto, procurei tanto quanto pôde estuda-lo, e fazer d'elle uma idéa, mas está tão confuso com as emendas, que eu desejava que me explicassem o que é que se approva, ou o que se rejeita, visto que a responsabilidade está tanto em approvar como em rejeitar.

A questão do casamento civil, que é uma questão de principios catholicos, e em que os homens competentes

francamente emitiram a sua opinião e se pronunciaram, vejo que está melhorada, mas não percebo bem algumas das suas disposições; desejava pois que se me dissesse, se o que se approva são as tres ou quatro emendas impressas que estão juntas ao projecto.

O sr. Ministro da Justiça: — Peço a palavra.

Espero que s. ex.^a me responderá a estas observações, bem como me dirá se o governo prescreve os prazos em vidas, se rejeita *in limine* a liberdade de testar em todas as suas manifestações, comprehendendo a liberdade de testar dentro da familia, e se a divisibilidade da propriedade está decretada sem appellação nem agravo.

No código trata-se do casamento civil e marca-se a forma como se ha de contrahir. Vejo ali, por exemplo, que está prohibido aos ecclesiasticos apresentarem-se perante o poder civil para contrahirem casamento; mas como em todas as classes da sociedade ha não só mans, mas até perversos, é possível achar-se algum ecclesiastico, que occultando o seu ministerio e posição social, e levando enganada uma mulher, vá contrahir casamento perante o magistrado civil. Desejo saber se ha alguma penalidade para este caso?

Uma voz: — Lá está o código penal.

O Orador: — Sim, mas o casamento fica subsistindo, ou annulla-se? Sempre é bom ir dizendo isto; convem proteger os entes debéis e inoffensivos que um malvado queira arrastar ao ludibrio e á desgraça na vida, ou ao remorso e perdição na morte.

Quanto á forma do casamento civil, vejo que também ha modificação, quer dizer, que o casamento civil é exigido unicamente para os que não são catholicos, e o casamento religioso é essencial para os catholicos. É o que eu vejo agora pelas modificações apresentadas na camara dos senhores deputados. Estarei eu enganado por uma leitura rapida?

São estes os pontos sobre os quaes eu desejava que o nobre ministro se explicasse e dissesse se o governo está resolvido a propor a liberdade de testar. Eu espero ainda continuar a viver algum tempo, se Deus me conceder a vida, e então não fico inibido de apresentar um projecto de lei n'este sentido. Eu costumo sempre dizer francamente a minha opinião sobre qualquer assumpto, pelo estudo que d'elle faço, e portanto, sr. presidente, não recuo, ainda que sou vencido, e hei de fazer todos os esforços que poder, e de que hoje não posso usar, para estabelecer a liberdade de testar.

Com estas reflexões, com estes commentarios e com estas explicações, dou por terminada esta minha pequena oração, que serviu de desaggravo para a verdade e que serve de promessa que eu contrahio perante a camara e o paiz de continuar a fazer todos os esforços para conter a propriedade nos seus limites e a liberdade nas suas mais justas manifestações.

O sr. Ministro da Justiça: — Sr. presidente, direi muito poucas palavras em resposta ao digno par que acabou de fallar, porque vae adiantada a sessão, e mesmo em vista das considerações que s. ex.^a fez não podemos tratar agora largamente d'este objecto (*apoiados*).

Eu não acompanho o digno par em julgar que seria uma precipitação approvar o projecto do código civil sem discussão, porque a discussão do código civil não é como a de outro qualquer projecto que pôde sair da iniciativa do governo ou do corpo legislativo para ser conhecido do publico. O projecto do código civil é um livro que tem quatorze annos de existencia, e foi impresso ha muito tempo, e que tem sido submettido ao exame dos homens mais eminentes do nosso paiz, e portanto não pôde temer-se que cause uma impressão profunda por não ser conhecido.

Fallou o digno par sobretudo em dois pontos, ácerca da liberdade de testar, e ácerca do casamento civil. Eu declaro a s. ex.^a que, em theoria, sou partidario da liberdade de testar, mas entendo também que nós não podemos implantar no paiz um systema inteiramente novo; precisamos de mais alguma cousa, que é examinar os usos e costumes do paiz para que legissemos, o modo de ser da sua propriedade, e a forma como se acha constituída a familia.

Sendo isto assim, estabeleceu-se a liberdade de testar quanto á disposição da terça, e quanto á partilha da herança para assegurar o futuro das familias, subsiste o que estava já nas praticas e usos do paiz.

Estos são os principios que na nossa legislação se acham estabelecidos, estes são os costumes e as tradições entre nós, este foi o systema seguido na feitura do código, e que continuaram a seguir as commissões. Pôde haver legislação diversa, pôde sustentarse com boas razões outra doutrina, a da liberdade de testar; mas o que se não pôde é esquecer as tradições do paiz quando se trata de assumptos tão importantes.

Isto porém não quer dizer que fica cortada esta questão, que não pôde mais levantar-se; e o digno par já disse até que — não havia de deixar de a tratar até conseguir o seu fim; que havia de combater sem cessar por esta idéa até á sua realisção —. Hoje porém a idéa não está amadurecida ainda; e o digno par sabe que muitas vezes uma idéa leva muitos annos a lutar antes que constitua uma maioria de adherentes e se torne em facto.

Quanto á doutrina do casamento civil, direi ao digno par que as emendas que fazem parte do parecer da commissão, são as emendas ou substituições do projecto do código. Por consequencia, quando se approvou o parecer da commissão na camara dos senhores deputados, approvou-se o código com essas emendas ou substituições, que são aquellas a que se refere o parecer da commissão d'esta camara; e approvando-se este parecer, a consequencia é approvando-se o código com as referidas emendas ou substituições.

Em relação ao casamento civil, o digno par sabe que

pelo projecto se faz distincção entre catholicos e não catholicos, e se determina que os catholicos casarão catholicamente conforme as leis canonicas, como está hoje estabelecido; e os não catholicos casarão civilmente. Não ha violação dos principios religiosos, nem se impede a liberdade aos não catholicos de constituirem familia quando o quizerem. Nem a igreja catholica pôde querer que os não catholicos casem catholicamente e segundo os principios da sua religião, nem também querer impedir que elles constituam familia.

Estes são os principios em que assenta o parecer da commissão. Quanto aos ecclesiasticos e aquellos que estão ligados por votos de castidade são expressas a respeito de tanto a proposta do governo como o parecer da commissão. Esses são impedidos de casar civilmente. Perguntando este respeito o digno par qual é a penalidade para aquellos que, escondendo a sua qualidade, se apresentarem perante o magistrado civil para contrahir casamento: essa penalidade está estabelecida nas leis canonicas e no código penal. Esse casamento é nullo.

São estas as explicações que tenho a dar ao digno par, e parece-me que o satisfarão. Como disse, este assumpto prestava-se a um mais largo debate, a que a estreiteza do tempo não dá lugar.

(O orador não reviu o seu discurso.)

O sr. Marquez de Vallada: — Ouvi com toda a attenção as explicações do nobre ministro, e peço que fique consignada na acta a declaração de s. ex.^a Realmente era como o nobre ministro disse; mas havia duvidas sobre o assumpto em relação ao casamento civil e aos ecclesiasticos que abusassem. Para estes lá está o código penal e as leis canonicas.

Entretanto, confesso a verdade, de accordo com os principios que tenho sustentado, desejava que se mantivesse o que está em relação ao casamento; e faço esta proposta, quero dizer, proponho, ainda que vejo que a camara não quer votar senão o parecer da commissão, proponho para descargo da minha consciencia que continue a subsistir o que tem vigorado até aqui em relação ao casamento. (Votos: — Votos, votos.)

Vejo que a camara está anciosa de votar, e não quer votar senão o que está n'este parecer; mas eu é que não posso deixar de protestar com as minhas palavras e com os meus esforços e com o meu voto contra o que julgo contrario aos bons principios. Voto pois contra o código civil, e voto contra todas as suas disposições, porque não posso votar algumas em separado, como faria se a votação não fosse em globo. Aqui ha questões que se ligam com a minha fé religiosa e politica, e não posso deixar de proceder assim.

O sr. ministro declarou que a approvação do código não queria dizer que as questões a que me tenho referido se não possam mais levantar; e assim é. Portanto não só hei de apresentar uma proposta no sentido que disse, como hei de na tribuna e por todos os meios justos ao meu alcance promover a reforma de alguns artigos do código, e o estabelecimento da liberdade de testar. Conheço perfeitamente que não se pôde implantar um systema novo sem estar de accordo com as tradições e costumes do paiz; mas porque isso é assim, permita-me o nobre ministro que lhe diga uma cousa, e é que os prazos também estavam de accordo com os costumes e as tradições do paiz, e todavia pelo código civil desaparecem. As mesmas razões que militam para um lado não podem deixar de militar para o outro. Isto no fim de tudo é um *entraînement* a que se chama a opinião publica; mas não se julgue que o applico a alguém; eu não fallo senão em these. Consigno um facto que se vê, e nada mais.

Mas, sr. presidente, ainda não perdi a esperanza. Na historia dos seculos vejo eu muitas mudanças que se operam por meio da persuasão e de revoluções salutaes que fazem mudar a sorte dos paizes.

Eu não posso por agora espraçar-me em mais largas considerações, porque a camara não só deve estar enfadada, mas vejo que ella, pelas suas manifestações, não está resolvida a approvar qualquer proposta que eu queira fazer no sentido das considerações que tenho apresentado.

Voto por consequencia contra o código civil em todas as suas partes e disposições, e desde o primeiro artigo até ao ultimo; não porque não podesse, como já disse, approvar algumas das suas prescrições, mas porque sendo todas votadas em globo, vejo-me obrigado a votar contra todas.

Este meu voto é um protesto contra a disposição que rejeito e ao mesmo tempo uma satisfação que dou á minha consciencia.

Comprometto-me, n'esta casa do parlamento, pelos principios liberaes e pelos meios que as leis facultam, a promover o reconhecimento d'esses principios e das leis da propriedade.

(O orador não reviu os seus discursos.)

O sr. D. Antonio de Mello e Saldanha: — Pedi a palavra para mandar para a mesa um parecer da commissão de guerra.

O sr. Presidente: — Segundo a resolução tomada pela camara, e como ninguem mais pede a palavra, vou pôr á votação o parecer da commissão sobre o projecto do código civil.

Os dignos pares que approvam o parecer da commissão sobre o código civil, tenham a bondade de levantar-se.

Foi approvedo.

O sr. Ferrer: — Eu peço a v. ex.^a a palavra para um requerimento e para uma explicação. Se ella me poder caber hoje, muito bem; se não poder, então na primeira sessão, que não sei se deverá ser a sessão nocturna.

O sr. Presidente: — Terá v. ex.^a a palavra no principio da sessão nocturna, que d'aqui a pouco ha de haver.

Tem a palavra o sr. conde da Ponte.

O sr. *Conde da Ponte*:—Tenho a honra de mandar para a mesa um parecer da comissão dos negocios externos.

O sr. *Presidente*:—Este parecer ha de ser discutido na sessão secreta.

O sr. *Rebello da Silva*:—Sr. presidente, eu pedia a v. ex.^a que propozesse á camara um voto de louvor ao illustre auctor do projecto do codigo civil, á comissão que tantos annos estudou e coordenou este trabalho, e ao governo que tomou a iniciativa da sua apresentação, bem como que este voto de louvor seja devidamente communicado aos interessados.

O sr. *Presidente*:—Os dignos pares que approvam a proposta que acaba de fazer o digno par, o sr. Rebello da Silva, tenham a bondade de levantar-se.

Foi approvada.